

Conservação da natureza e modernização agrícola nos prefácios de *O Fazendeiro do Brasil*, de Frei José Mariano da Conceição Veloso (1798-1806)

Conservation of nature and agricultural modernization in the prefaces of *O Fazendeiro do Brasil*, by Friar José Mariano da Conceição Veloso (1798-1806)¹

Breno Ferraz Leal Ferreira
Pós-doutorando em História
Universidade Estadual de Campinas
breferreira@gmail.com

Recebido em: 28/02/2019

Aprovado em: 22/05/2019

Resumo: Este artigo tem por objetivo discutir a questão da necessidade de conservação da natureza da América portuguesa, apontada por Frei José Mariano da Conceição Veloso nos prefácios redigidos à obra *O Fazendeiro do Brasil*, entre 1798 e 1806. Comentaremos inicialmente sobre a formação e a trajetória de Veloso, na América portuguesa e em Portugal. Em seguida, vincularemos as atividades de Veloso à política colonial do ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, principalmente a partir da formação da editora do Arco do Cego (1799-1801). Estes itens têm como finalidade fornecer subsídios para a compreensão das ideias de Veloso sobre conservação da natureza, que faz parte de sua proposta de modernização das práticas agrícolas na América portuguesa.

Palavras-Chave: Frei José Mariano da Conceição Veloso, Conservação da natureza, Modernização das práticas agrícolas coloniais.

Abstract: The aim of this article is to discuss the need of of conservation of nature of de Portuguese America, poited out by Friar José Mariano da Conceição Veloso in the prefaces written for the work *O Fazendeiro do Brasil*, between 1798 and 1806. We will first comment on the education and the trajectory of Veloso, in Portuguese America and in Portugal. Next, we will link

¹ O presente trabalho foi realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP.

the activities of Veloso to the colonial policy of the Minister D. Rodrigo de Sousa Coutinho, specially from the formation of the publisher of the Arco do Cego (1799-1801). These items are intended to provide subsidies into the understanding of Veloso's ideas on nature conservation, which is part of his proposal to modernize agricultural practices in Portuguese America.

Keywords: Friar José Mariano da Conceição Veloso, Conservation of nature, Modernization of colonial agricultural practices.

Introdução

Neste artigo, discutiremos a defesa da conservação da natureza que o Frei José Mariano da Conceição Veloso (São José del-Rei-1742 – Rio de Janeiro-1811) manifesta nos prefácios que redigiu a *O Fazendeiro do Brasil*, entre 1798 e 1806. Argumentaremos que Veloso partia do pressuposto de que a agricultura tal como praticada na América portuguesa encontrava-se em defasagem em relação a outros países da Europa nos quais foram adotados métodos entendidos como modernos. Estas inadequadas práticas agrícolas, segundo ele, acabavam por interferir no equilíbrio existente na natureza, que Veloso preocupava-se em conservar.

Outros trabalhos já discutiram aspectos referentes à relação do homem com a natureza no período colonial (PRESTES, 2000; DUARTE, 2005, p.64-71). Todavia, interessa-nos mais particularmente o tema conservação da natureza entre naturalistas portugueses e luso-americanos das últimas décadas do século XVIII e início do XIX, questão proposta inicialmente por José Augusto Pádua em seu livro *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)* (PÁDUA, 2004). A obra fornece subsídios para compreendermos o discurso de Veloso sobre a necessidade de conservação das matas e a crítica à maneira como era feita a produção, que incluía o uso da mão de obra escrava.

Pádua discorreu sobre a formação daquilo que denominou uma “tradição intelectual esquecida”, que teria instituído – em suas palavras, correndo algum risco de anacronismo – o início de uma “crítica ambiental” no Brasil (PÁDUA, 2004, p.10).² Essa tradição de discussão

² Não temos aqui a intenção de pôr em discussão a pertinência da ideia de uma geração intelectual que se formou naquele contexto e que permaneceu por praticamente todo o século XIX. As linhas de pensamento abertas pelo historiador em sua obra pioneira para o contexto do final do século XVIII e início do seguinte a respeito da conservação ambiental, que desenvolve principalmente a partir dos escritos de José Bonifácio, no entanto, nos parecem pertinentes às reflexões de Frei Veloso.

sobre a devastação da natureza colonial, segundo o autor, remontaria aos anos 1780 e teria sido protagonizada especialmente por ex-alunos do naturalista Domenico Vandelli (1735-1816) na Universidade de Coimbra. Nascido em Pádua e trazido a Portugal nos anos 1760 por Sebastião José de Carvalho e Melo (futuro Marquês de Pombal), Vandelli foi nomeado professor de História Natural na reformada Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra (1772), tornando-se responsável pela formação de uma grande quantidade de naturalistas, muitos dos quais provindos da América portuguesa. Alguns deles foram posteriormente envolvidos nas chamadas viagens filosóficas, excursões promovidas pelo Estado cujo intuito era inventariar a natureza do mundo colonial português, em busca especialmente de produtos naturais potencialmente lucrativos.

Segundo Pádua, José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) foi a “expressão mais profunda e sistemática” de uma tradição de pensamento voltada a uma “crítica ambiental” que viria a se consolidar no decorrer do século XIX. O historiador salientou também que no final do século XVIII já eram correntes na Europa (e em Portugal) as primeiras concepções científicas que consideravam serem as mudanças climáticas antropicamente induzidas. De acordo com a denominada “teoria do dessecamento”, a destruição da vegetação nativa influenciava na redução da umidade, das chuvas e dos mananciais de água. Pádua pontua que, tendo suas origens em pensadores antigos como Teofrasto e Plínio, a concepção ganhou bases sólidas a partir do final do século XVII com as investigações de naturalistas de Cambridge como John Woodward (1665-1728) e Stephen Hales (1677-1761), e tornou-se bastante difundida a partir da divulgação de autores como o naturalista francês Buffon (1707-1788) (PÁDUA, 2004, p.46).

No Império português, a raiz dessa tradição estaria na geração de luso-brasileiros formados na reformada Universidade de Coimbra. Na visão do historiador, para além de Bonifácio, nomes como Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), Manuel Arruda da Câmara (1752-1810), Baltazar da Silva Lisboa (1761-1840), Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá (1762-1835), José Gregório de Moraes Navarro, José Vieira Couto (1752-1824), António Rodrigues Veloso de Oliveira (1750-1824), João Severiano Maciel da Costa (1769-1823) e outros podem ser considerados como os “primeiros críticos ambientais brasileiros” (PÁDUA, 2004, p.16). Conforme argumenta, não havia acaso no fato de tantos autores se preocuparem com o mesmo tema, dado que questões ambientais eram uma das preocupações de Vandelli, professor

de muitos em Coimbra. Pádua comenta que em algumas de suas memórias publicadas nos volumes da Academia das Ciências, o naturalista italiano condenou a agricultura de queimadas como procedimento inadequado para a conservação da fertilidade dos solos, tendo manifestado também desaprovação pela extinção de espécies arbóreas que, assim, não poderiam mais ser utilizadas como matérias-primas (PÁDUA, 2004, p.41-43).

Pádua, entretanto, não analisou o pensamento de Veloso. Neste artigo pretendemos preencher essa lacuna. No caso deste naturalista, há também o problema de nunca ter sido aluno de Vandelli, tendo desenvolvido toda sua formação como naturalista na América portuguesa. Porém, a despeito desse fato, argumentaremos aqui que há passagens nos escritos de Veloso que nos autorizam a inseri-lo nessa primeira geração de críticos ambientais identificada por Pádua. Tais críticas se encontram quase que exclusivamente no prefácio ao volume de *O Fazendeiro do Brasil* dedicado à cultura da cana-de-açúcar (VELOSO, 1799a). Além disso, neste mesmo texto aparece também outro elemento discutido pelo historiador. Segundo ele, a despeito das diferenças, os autores relacionados à denúncia da devastação ambiental entre as últimas décadas do século XVIII e praticamente todo o XIX associaram a essa temática uma crítica ao trabalho escravo. José Bonifácio, por exemplo, estabeleceu um “nexo causal” entre escravidão e produção agrícola calcada em bases predatórias em relação à natureza (PÁDUA, 2004, p.16). A associação entre escravidão e devastação da natureza foi também assinalada por Veloso, como mostraremos.

Frei Veloso: do Brasil ao Arco do Cego

Ao final do século XVIII, Frei José Mariano da Conceição Veloso já se firmava como um dos mais destacados homens de ciência da Ilustração em Portugal, manifestando sintonia com o discurso modernizante da Ilustração, abraçado por homens como Pombal, Vandelli e Sousa Coutinho. Vejamos agora como se deu sua formação e sua construção como naturalista renomado.

Nascido José Veloso Xavier, na Comarca de Rio das Mortes (Minas Gerais), o futuro frade formou-se como naturalista de maneira excepcional, dado que não cursou Filosofia na Universidade de Coimbra. Ao que tudo indica, o que aprendeu sobre história natural se deveu aos estudos que fez nos conventos franciscanos do Brasil. Sabe-se que em 1761 decidiu-se por vestir o hábito dos religiosos menores de São Francisco no convento de São Boaventura de Macucu, dos capuchos. Todavia, deve-se assinalar que, embora esse convento fosse relacionado aos

capuchinhos, ordem religiosa aprovada como um ramo dos franciscanos, Veloso veio a se tornar um franciscano. Isso porque, cinco anos depois à sua chegada a São Boaventura de Macucu, recebeu ordens sacras no convento de Santo António do Rio de Janeiro, no qual estudou Filosofia e Teologia, e, depois de mais dois anos, passou a atuar como professor de geometria no convento de São Paulo, retornando posteriormente ao Rio de Janeiro para ensinar História Natural.

Em 1772, por iniciativa do vice-rei Marquês do Lavradio, formou-se no Rio de Janeiro a Academia Fluminense, Médica, Cirúrgica, Farmacêutica (a Sociedade de História Natural do Rio de Janeiro). Além das apresentações eruditas, os acadêmicos faziam visitas ao Horto Botânico localizado no Colégio dos Jesuítas. É possível que Veloso tenha mantido algum contato com a Academia, porém seu nome não consta na relação de acadêmicos (BRIGOLA, 2003, p.283-287).

Foi também nesse período no Rio de Janeiro que os franciscanos da província da Imaculada Conceição reformularam seus estatutos, seguindo as novas orientações implementadas pelos novos *Estatutos da Universidade de Coimbra* (1772). Os novos *Estatutos para os estudos da província de Nossa Senhora da Conceição do Rio de Janeiro, ordenados segundo as disposições dos Estatutos da nova Universidade* (1776) alteraram seus métodos de ensino, reservando o terceiro ano de estudos à História Natural, entre outras matérias (MARTINS, 2011, p.130). Portanto, é legítimo concluir que pensamento e a prática profissional de Veloso são tributários do “novo espírito das reformas” da época pombalina (BRIGOLA, 2003, p.283-284).

A associação de Veloso aos principais círculos do poder se iniciou durante o ministério de Martinho de Melo e Castro (1770-1795). Ainda em São Paulo, o governador Lobo de Saldanha encarregou-o de fazer pesquisas relativas a plantas. Depois, a pedido do ministro, o vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa chamou-o para ajudar na recolha e descrição de plantas fluminenses. Em 1783, Vasconcelos decidiu por organizar uma “viagem botânica” composta por três frades: Veloso (diretor), Francisco Solano (desenhador) e Inácio de Santa Inês (responsável pelas definições e descrições científicas). Além desses, a comitiva seria integrada por 23 escravos, três militares, um outro desenhador, um oleiro, um pedreiro, um semeiro, 26 animais (cavalos e mulas) e seis canoas – o que dá dimensão da importância que foi dada ao empreendimento. Os espécimes botânicos colhidos foram remetidos ao museu e ao Jardim Botânico da Ajuda, em Lisboa, tendo Veloso também se interessado por animais e minerais (SILVA, 2013, p.38-44).

Segundo o seu próprio depoimento, passou quarenta anos de sua vida no Brasil, onde realizou sua peregrinação pelas províncias brasileiras de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo (VELOSO, 1799a, p.XIII-XIV).

Em 1790, Veloso partiu para Lisboa juntamente com Luís de Vasconcelos e Sousa, levando consigo os originais (textos e gravuras fitológicas) que pretendia publicar pela tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa. Foi nomeado “sócio livre” da instituição em 1791, tendo naquele mesmo ano doado material coletado ao gabinete da Academia. O não cumprimento das promessas relativas à publicação da obra pela tipografia da Academia o teria feito deixar a instituição a partir de 1798 – Veloso lamentava-se por não existir uma obra portuguesa sobre História Natural do reino ou das conquistas (BRIGOLA, 2003, p.290-291). As razões da não publicação possivelmente tinham a ver com os altos custos da edição. Um dos acadêmicos que teriam se posicionado de maneira contrária à publicação foi o abade Correia da Serra, pelo menos desde 1795 (KURY, 2015, p.263). A primeira edição da *Florae Fluminensis* somente veio a ser publicada a partir de 1825.

Coincidência ou não, Veloso se desvinculou da Academia no mesmo momento em que assumiu a nova tarefa de dirigir a nova Tipografia do Arco do Cego. Ao menos desde 1797, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, imbuído de um projeto econômico modernizador, já tinha iniciado a organização de uma nova tipografia voltada à publicação de obras estrangeiras traduzidas para o português, especialmente de viés técnico, para que fossem divulgadas no Império português (LYRA, 1994, p.83-88; HARDEN, 2016, p.116-128). A escolha de Veloso como diretor certamente tem a ver com o conhecimento da realidade colonial que possuía e com o fato de que já tinha publicado algumas obras sobre agricultura, entre elas o *Paládio Português* (1796). A oficina tipográfica funcionou entre 1799 e 1801, sendo localizada muito próxima à própria residência do ministro, na quinta do Intendente (à época periferia de Lisboa) (LEME, 1999, p.78-80). Na nova casa editorial, Veloso reuniu em torno de si uma série de jovens intelectuais e naturalistas provindos do Brasil – a maioria deles sócios da Academia –, tais como Hipólito da Costa, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, Martim Francisco de Andrada e Silva, João Manso Pereira, Manuel Arruda da Câmara e Vicente Coelho Seabra da Silva Teles. Os colaboradores trabalharam fazendo traduções de obras estrangeiras e/ou editando as suas próprias (NUNES e BRIGOLA, 1999, p.66-67). Até o momento em que encerrou as atividades, 83 títulos foram por ela lançados,

sendo 36 originais de autores portugueses ou “brasileiros”, 41 traduções e 6 edições em latim (NUNES e BRIGOLA, 1999, p.82). A Economia Agrícola foi o tema mais tratado, mas também a Medicina, História Natural, Mineralogia e ciências exatas foram outros domínios que receberam destaque (FARIA, 1999, p.114). Para além das livrarias portuguesas, as obras eram vendidas nas capitâncias do Brasil, muito embora seja difícil estimar o alcance que receberam em termos de difusão na colônia (DOMINGOS, 1999, p.102-103).

A nova casa editorial atendia a um propósito semelhante ao da Academia das Ciências, em especial às da classe de ciências naturais, que publicava as pesquisas dos sócios nos volumes intitulados *Memórias Econômicas*. De certa forma, podem ser vistas como empreendimentos complementares. As edições de obras tanto de uma quanto da outra se voltavam, predominantemente, à divulgação de saberes técnicos e científicos relativos ao aproveitamento da natureza do Reino e dos domínios portugueses, tendo em vista o melhoramento da agricultura. Ambas as instituições estavam sintonizadas com o projeto de regeneração econômica de D. Rodrigo, sendo o Arco do Cego iniciativa direta dele (CURTO, 1999). Todavia, cabe ressaltar o fato de que a nova editora se voltava principalmente à divulgação de obras científicas estrangeiras.

O programa de modernização da produção agrícola proposto por Veloso, portanto, estava inserido no quadro mais amplo do reformismo ilustrado do Estado português de finais do século XVIII e início do XIX. No próximo item, faremos breve exposição sobre aspectos da política reformista concebida e posta em prática por homens como Vandelli e D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

A política colonial de D. Rodrigo de Sousa Coutinho

Neste item, pretendemos atentar para alguns dos elementos da política colonial portuguesa das últimas décadas do século XVIII e início do XIX, destacando especialmente a identificação do “atraso” da maneira como era praticada a agricultura em Portugal e suas colônias, em relação a outros países europeus, segundo os estadistas portugueses. Importa-nos sublinhar particularmente o papel exercido pelo ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, da pasta dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos (1796-1801), pois coube a eles a elaboração de políticas coloniais de conhecimento e exploração da natureza. Como veremos, a ideia de

atraso na produção colonial irá reverberar nos escritos de Veloso, ao que se relaciona a sua reflexão acerca da necessidade de conservação da natureza de Portugal e suas colônias.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho (Conde de Linhares) vivenciou como ministro as tensões internacionais decorrentes do processo revolucionário na França, que ameaçavam a soberania de Portugal como nação. Para conservar Portugal como nação soberana e garantir a posse de seus domínios coloniais, considerou também ser necessário enfrentar o sério problema financeiro em que o país se encontrava no final do século XVIII. Tornou-se um imperativo a busca de alternativas que permitissem conter o déficit econômico e aumentar os recursos disponíveis. Assim, enxergou como saída a proposição de medidas baseadas na economia política (CARDOSO, 2001, p.82-83; CARDOSO e CUNHA, 2011, p.84-85).

D. Rodrigo defendeu um programa reformista que tinha por sustentáculo a manutenção do princípio da indissolubilidade do império enquanto unidade política. Como mostrou José Luís Cardoso, o ministro – na sua *Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América* (provavelmente escrita entre 1797-1798) – advogou pela ideia de que os domínios ultramarinos da América, África e Ásia deveriam ser entendidos como “províncias da monarquia”, e como tais formavam um conjunto cujo centro era a metrópole. Ao mesmo tempo, assinalou a necessidade de que as colônias mantivessem vínculos exclusivos com Portugal, desincentivando-se o comércio direto entre as mesmas (princípio da dependência econômica). Sua estratégia de desenvolvimento era assente num modelo de divisão internacional do trabalho, em que à metrópole cabia a especialização manufatureira e, à colônia, a produção agrícola e o fornecimento de matérias-primas (CARDOSO, 2001, p.79-81). Para enfrentar o problema do descontentamento das colônias que desencadeou processos de independência, considerou a concessão de certo grau de autonomia econômica às mesmas. Leitor de Raynal, sabia que o pacto colonial não podia ser mantido para sempre, embora ainda sustentasse a sua permanência (CARDOSO e CUNHA, 2011, p.84). A manutenção da “sacrossanta unidade” do Império exigia também que todos os seus súditos fossem considerados igualmente portugueses, devendo os provinciais a obedecer aos mesmos usos e costumes e a receber os mesmos privilégios e honras concedidos aos metropolitanos (RAMINELLI, 2008, p.177).

Tendo em vista essas questões, o ministro deu continuidade à política de fomento à investigação das riquezas coloniais, tal como fizera o ministro anterior, Martinho de Melo e

Castro (1770-1795). Condizentemente com as propostas de Vandelli, deu prosseguimento ao projeto de inventariação dos domínios portugueses, promovendo as viagens filosóficas e a remessa de produtos naturais recolhidos. Em função da necessidade de conhecimento do território dos domínios ultramarinos, interessou-se pela produção de mapas, chegando a redigir um ofício remetido aos governadores das capitanias brasileiras pelo qual se ofereciam bolsas de estudo a estudantes oriundos do Brasil interessados em “levantar os mapas particulares” e “figurar e fixar a extensão das capitanias”. Tais medidas faziam parte de um conjunto mais amplo de políticas que visavam a modernização da marinha portuguesa (KANTOR, 2010, p.113-114 e 121-122; CAROLINO, 2014, p.198-199).

Em contato com os vice-reis do Brasil, solicitou-lhes que enviassem exemplares da natureza com potencial de exploração econômica. Como destacou Nizza da Silva, fez pedidos sobre produções minerais (nitro e salitre), sementes, madeiras de construção, quina, linho cânhamo (para a indústria de cordoaria, importante para a construção naval), cochonilha, canela e anil, entre outros produtos coloniais. Para por em prática o projeto de diversificar a produção, manifestou vontade de transplantar no Brasil espécies vegetais de outras localidades do globo e incentivar o desenvolvimento técnico, a partir de novos métodos produtivos baseados em inovações tecnológicas (novas máquinas) (SILVA, 2013, p.54-76). A isso se relaciona sua intenção de formar jardins botânicos no Brasil (a começar pelo jardim botânico da capitania do Grão-Pará, em 1798) (PATACA, 2006, p.396-397).

Importava-lhe também o modo como eram praticadas as culturas das diversas espécies. D. Rodrigo partia da existência de um atraso das técnicas agrícolas praticadas em Portugal e no mundo colonial e da necessidade de modernizá-las. É a partir desse pressuposto que deve ser entendida a iniciativa de criação da Tipografia do Arco do Cego em 1799. Nos prefácios que redigiu ao *Fazendeiro do Brasil*, Veloso deixou clara sua preocupação em reduzir os danos causados na natureza pela aplicação de métodos inadequados, considerados atrasados, de produção. O frade condenou os modos como a agricultura era praticada no Brasil, apregoando a adoção de métodos produtivos tidos como modernos. A promoção de novas práticas agrícolas evitaria as consequências tão desastrosas para a natureza, resultando em uma maior conservação. Os danos causados à natureza eram revertidos aos homens, como veremos.

Modernizar a produção e conservar a natureza

Frei Veloso se valeu da editora do Arco do Cego para editar algumas de suas obras. Um exemplo é o *Aviário brasílico ou galeria ornitológica das aves do Brasil* (VELOSO, 1800b), no qual publicou as gravuras dos pássaros que inventariou durante suas pesquisas e viagens anteriores à ida a Portugal. Porém, chama a atenção o fato de que apenas um dos onze volumes de *O Fazendeiro do Brasil* ter sido editado pela Tipografia do Arco do Cego. Desses onze, um é anterior a 1799 e quatro são posteriores a 1801. Nesta data, a editora foi integrada à Imprensa Régia. Todos os volumes editados fora desse intervalo de tempo foram impressos pela Imprensa Régia. As oficinas de Simão Tadeu Ferreira e João Procópio Correa da Silva editaram os demais. A razão da diversificação das editoras parece ter a ver com a vontade do frade de agilizar as edições e mostrar rapidamente o seu trabalho (NUNES e BRIGOLA, 1999, p.65). A obra foi concebida a partir de cinco eixos temáticos: “Da cultura das canas e factura do açúcar” (Tomo I, dividido em 2 partes); “Tinturaria” (Tomo II, 3 partes); “Bebidas alimentosas” (Tomo III, 3 partes); “Especiarias” (Tomo IV, 1 parte); e “Filatura” (Tomo V, 1 parte). Porém, há também tomo dedicado ao “leite, queijo e manteiga”, que saiu também com a indicação de “Tomo I, parte I”.

Apesar de se constituir como um projeto voltado à publicação de traduções de textos estrangeiros referentes às diferentes temáticas, mas especialmente de questões técnicas (agricultura, mineralogia etc.), Veloso deixou sua marca na obra ao redigir os prefácios de *O Fazendeiro do Brasil*. Quando os lemos, fica claro o objetivo de enxergar as potencialidades das terras brasileiras a partir de uma visão concernente com a situação econômica do Império. Veja-se, por exemplo, a paráfrase que Veloso faz em um deles de um comentário extraído do folhetim francês *Journal de Commerce* (de dezembro de 1759). O trecho define muito bem os propósitos da publicação: “Portugal deve olhar, como fonte única e permanente do seu poder e de suas riquezas, a cultura das terras de suas colônias, o melhoramento dos seus estabelecimentos em África, e nas duas Índias, a sua navegação e comércio d’ economia” (VELOSO, 1799b, p.X).

O progresso da “cultura das terras de suas colônias” é o objetivo principal. Na primeira parte do primeiro tomo da obra, dedicado à cultura da cana-de-açúcar, está explícito o seu ponto de partida: a agricultura tal como praticada no Brasil (não apenas da cana, mas também dos outros gêneros) está defasada em relação ao que se pratica pelos demais países europeus. Este “atraso” somente poderia ser superado se adotadas as novidades agrícolas (uso de adubos,

substituição da mão de obra escrava por animais) expostas nos textos de autores estrangeiros agora traduzidos e proporcionados ao público leitor (os produtores agrícolas coloniais).

Para Veloso, o principal responsável pelo “atraso” da agricultura era o modo como se pensava o cultivo dos gêneros agrícolas. Partindo de uma descrição das principais características físicas da América portuguesa, ele se contrapõe à ideia de que existia uma abundância de florestas tão grande que permitiria que fossem derrubadas inconsequentemente. De fato, a natureza local poderia “satisfazer às nossas necessidades presentes e à dos vindouros” (VELOSO, 1799a, p. XVI). Mas isso caso ela fosse bem aproveitada, segundo métodos entendidos como modernos e racionais de produção. Afinal, as florestas não são tão abundantes quanto se imagina: não se pode considerar como áreas próprias à agricultura os rios, as baías, as “lagos”, as “campinas conhecidas como Campos Gerais”, os “matos cantigaes, que não admitem cultura” e os “grandes e descalvados ferros” (VELOSO, 1799a, p. XVII). Diz ele: “A pobre Natureza vegeante, que supre a todas as nossas necessidades, é anualmente assassinada nessas máquinas açucareiras, pela indiscrição de seus donos”. Suas críticas se estendem às demais culturas: “O milho faz a base de toda a sustentação animal do interior; mas não poderia ser cultivado de outra maneira? Não se lhe poderia substituir outro grão, que pedisse menos terra?”. Pior ainda é o que fazem os mineiros, que “não satisfeitos com as derrubadas (...) revolvem os montes com as bases para o Céu, voltam as margens dos rios em lagoas, e em qualquer parte que trabalhem, fica esta inabitada para produzir cousa alguma mais” (VELOSO, 1799a, p. XIX-XX).

A “conservação das matas” deveria ser, inclusive, de interesse dos próprios “proprietários dos Engenhos”, dada a “necessidade que tem de madeira e lenhas. Seria o caso, portanto, de estudarem “todos os meios possíveis de as pouparem, que podia ser, reformando as suas fornalhas tão despropositadas, que parecem vulcões de perpétuas lavaredas” (Veloso, 1799a, p. XXVIII). É justamente para fornecer novos métodos de produção que substituíssem os então praticados, que motivou Veloso a abraçar a iniciativa de traduzir textos científicos estrangeiros, com a esperança de que fossem lidos e incorporados por agricultores na colônia.

É interessante notar que o mau uso das terras não é ruim apenas por provocar a inutilização das terras, mas também por gerar outro problema ambiental grave: a seca. “Ainda há outro mal na falta de matas, em nada inferior a estes que acabei de dizer, e só tocarei de passagem, e vem a ser a redução da terra a um sequeiro, porque, à proporção que aqueles se

devastam, as águas mínguas, as chuvas faltam”, diz ele (VELOSO, 1799a, p. XXIII). Segundo Veloso, foi justamente o “desconhecimento desta ordem da Natureza” que “fez com que as Maurícias, as quais antes das derrubadas dos seus matos eram aquosas, fossem secas ao depois pela sua falta” (VELOSO, 1799a, p. XXIII). E conclui: “Talvez esta seja uma das causas das grandes que às vezes experimentam os sertões criadores de Pernambuco” (VELOSO, 1799a, p. XXIII-XXIV). Ou seja, Veloso estava informado sobre teorias setecentistas que identificavam no homem o responsável por mudanças climáticas.

Entre suas críticas aos métodos agrícolas praticados estava o uso do arado. Veloso considerava que este instrumento (assim como das foices, enxadas, charruas), causava mal à natureza, sendo por isso preferível a aplicação de “marnes, estrumes e todos os outros adubos”, considerados por ele mais benéficos à terra usada pela lavoura. O frade propôs também a substituição da mão de obra escrava por animais (“bois, cavalos e bestas muares”) (VELOSO, 1799a, p. XXV-XXVI). A discussão que tece acerca da mão de obra escrava, embora não aprofunde muito o argumento, é de grande importância em sua narrativa. Diz ele:

E se este é o estado primitivo e natural da superfície do Brasil, quanto não terá este deteriorado, pela mal entendida agricultura de seus habitantes, desde a época do seu descobrimento até o presente, por dois séculos e meio? As suposições seguintes darão em grosso uma ideia; e se não derem um cálculo certo, o darão aproximado. Suponha-se que o Brasil tenha um milhão de escravos, e que só a terceira parte destes se emprega na agricultura; logo teremos trezentos e trinta mil homens ocupados efetivamente em derrubar matos, em razão proporcionalmente do aumento da população (...). Que extensão de terras não tem sido descortinada pelos proprietários de engenhos para a construção de suas fábricas, para a plantação das suas canas, para a combustão das fornalhas de caldeiras e do alambique, para a factura das suas caixas? (VELOSO, 1799a, p. XVIII)

Portanto, estabelece uma conexão direta entre o uso da mão-de-obra escrava e a derrubada das matas para a má agricultura, assim como o fizeram outros naturalistas e intelectuais de sua geração e das seguintes, conforme apontado por Pádua. Para Veloso, quanto maior o número de escravos, maior é a devastação ambiental. Seu raciocínio nos leva a crer que, se abolida essa forma de trabalho compulsório, abrir-se-ia caminho para uma maior conservação da natureza.

Dados todos esses aspectos, faziam-se necessárias a conservação da natureza existente e a recuperação da devastada. Uma ação nesse sentido permitiria o retorno da fertilidade dos

terrenos que começou a se perder partir da colonização: “As matas se conservariam e continuariam a dar os mesmos centos, que pagavam aos seus primitivos possuidores, de frutos, de aves, de quadrúpedes, de madeiras, de lenhas: os campos vastíssimos, até aqui reputados infecundos, se voltariam fertilíssimos: as terras, que se dizem cansadas, (...) tornariam a dar copiosas searas e ótimos frutos: não se precisaria de tanta extensão de terras, para se fundarem fazendas lucrativas” (VELOSO, 1799a, p. XXVII). Um melhor aproveitamento econômico, portanto, depende do uso racional da natureza.

No sentido de exaltar a natureza nativa, é bastante significativo que Veloso se refira ao famoso poema de John Milton (1608-1674), *Paraíso Perdido* (1667). Segundo ele, o poeta inglês valorizou a bananeira, a “rainha de todas [as árvores], que abrange com seu império todas as três partes do mundo, África, Ásia e as Províncias entretópicas da América” (VELOSO, 1799a, p. XV), e também as palmeiras, árvores incomparáveis “na elegância e ajuntamento de seus troncos, que representam majestosas colunatas, já no frondoso de suas copas, que oferecem verdes dóceis, os quais embaraçam fim os raios do Sol, mas não impedem a circulação do ar”. Nenhuma árvore de outra nação é comparável em termos de “corpulência e altura de nossas árvores” (VELOSO, 1799a, p.XV). Mesmo autores europeus reconheceriam isso: o naturalista alemão Eberhard August Wilhelm von Zimmermann (1743-1815), por exemplo, teria assinalado que:

no antigo mundo não havia país algum que pudesse apresentar uma flora igual na riqueza à da América; pois que as suas soberbíssimas matas excediam a tudo, quanto se podia encontrar nas partes mais favorecidas da Europa; que o valor das suas espécies vegetais, pela fineza de seus lenhos, perfume dos seus bálsamos, bondade das suas gomas, refinas, óleos, ceras, tintas, as faziam impagáveis” (VELOSO, 1799a, p. XIV).

Ou seja, em termos estéticos e econômicos, excedia à natureza de qualquer outro lugar, inclusive da Europa antiga.

Considerações Finais

Os comentários feitos sobre os métodos produtivos impróprios praticados na América portuguesa, nos quais se incluíam o desmatamento desenfreado relacionado ao uso da mão de obra escrava, permitem que Veloso seja considerado entre os nomes que parte da “tradição intelectual esquecida” relacionada à uma crítica ambiental, identificada por Pádua. Os métodos considerados atrasados de produção agrícola (no caso, da cana-de-açúcar) seriam, inclusive,

possíveis responsáveis pela seca em Pernambuco. Nesse ponto, Veloso demonstrava estar a par com o pensamento ilustrado que identificava no homem o causador de mudanças climáticas.

O fato de Veloso não ter sido aluno de Vandelli nem de ter tido formação em Coimbra é importante, pois serve para relativizar, de alguma forma, a ideia de que esta “tradição intelectual” foi gerada a partir dos ensinamentos e dos escritos de Vandelli. Isso pode ser verdadeiro para alguns dos nomes dessa geração, mas o caso de Veloso mostra que as mesmas ideias relacionadas a uma crítica ambiental poderiam prover de leituras comuns a esses autores, especialmente de obras estrangeiras.

O discurso contido nos prefácios a *O Fazendeiro do Brasil* estava alinhado aos propósitos da política reformista de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, apresentando a concepção de que a modernização agrícola poderia reduzir os danos causados pelos homens à natureza nativa, ou até mesmo ir além, já que poderia ser recuperada em certa medida.

Referências Bibliográficas

BRIGOLA, João Carlos Pires. **Colecções, gabinetes e museus no século XVIII**. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CARDOSO, José Luís. Nas Malhas do Império: A Economia Política e a Política Colonial de D. Rodrigo de Souza Coutinho. In: CARDOSO, José Luís. (coord.). **A economia política e os dilemas do império luso-brasileiro (1790-1822)**. Lisboa: Comissão nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

CARDOSO, José Luís; CUNHA, Alexandre Mendes. Discurso econômico e política colonial no Império Luso-Brasileiro (1750-1808). **Tempo**, 2011, vol. 17, n.31.

CAROLINO, Luís Miguel. Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, a ciência e a construção do império luso-brasileiro: a arqueologia de um programa científico. In: GESTEIRA, Heloisa Meireles, CAROLINO, Luís Miguel e MARINHO, Pedro. **Formas do Império: Ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2014.

CURTO, Diogo Ramada. D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de [et alii] (org.). **A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801): Bicentenário**. Lisboa: Biblioteca Nacional – Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.

DOMINGOS, Manuela D. Mecenas político e economia da edição nas oficinas do Arco do Cego. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de [et alii] (org.). **A Casa Literária do Arco do**

Cego (1799-1801): Bicentenário. Lisboa: Biblioteca Nacional – Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.

DUARTE, Regina Horta. **História & Natureza.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FARIA, Miguel. Da facilitação e da ornamentação: a imagem nas edições do Arco do Cego. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de [et alii] (org.). **A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801):** Bicentenário. Lisboa: Biblioteca Nacional – Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.

HARDEN, Alessandra R. de Oliveira. Tradução, história e Iluminismo luso-brasileiro: a Casa Tipográfica do Arco do Cego e as línguas do progresso. In: SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (Org.). **Ilustração, cultura escrita e práticas culturais e educativas.** Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016.

KANTOR, Iris. Mapas em trânsito: projeções cartográficas e processo de emancipação política do Brasil (1779-1822). **Araucaria.** Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades, ano 12, nº24, 2010.

KURY, Lorelai. O naturalista Veloso. **Revista de História,** São Paulo, n. 172, p. 243-277, junho 2015.

LEME, Margarida Ortigão Ramos Paes. Um breve itinerário editorial: do Arco do Cego à Imprensa Régia. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de [et alii] (org.). **A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801):** Bicentenário. Lisboa: Biblioteca Nacional – Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.

LYRA, Maria de Lourdes Vianna. **A utopia do poderoso império.** Portugal e Brasil: bastidores da política (1808-1822). Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MARTINS, William de Souza. O púlpito em defesa do Antigo Regime: a oratória franciscana na Corte joanina (1808-1821). **Tempo** [online]. 2011, vol.17, n.31, pp.117-144.

NUNES, Maria de Fátima; BRIGOLA, João Carlos. José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811) – Um frade no Universo da natureza. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de [et alii] (org.). **A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801):** Bicentenário. Lisboa: Biblioteca Nacional – Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição:** pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

PATACA, Ermelinda Moutinho. **Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808).** Tese (Doutorado em Geociências). Universidade Estadual de Campinas, 2006.

PRESTES, Maria Elilce Brzezinski. **A investigação da natureza no Brasil-Colônia.** São Paulo Annablume/Fapesp, 2000.

RAMINELLI, Ronald. **Viagens ultramarinas:** monarquias, vassalos e governo a distância. São Paulo: Alameda, 2008.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Cultura letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis.** São Paulo: Ed. Unesp, 2013.

VELOSO, José Mariano da Conceição. **O Fazendeiro do Brasil.** Tomo I, parte I. Lisboa: Na Régia Oficina Tipográfica, 1799a.

VELOSO, José Mariano da Conceição Veloso. **O Fazendeiro do Brasil**. Tomo III, parte II. Na Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1799b.

VELOSO, José Mariano da Conceição. **Aviário brasílico ou galeria ornitológica das aves indígenas do Brasil**. Lisboa: Na Oficina da Casa Literária do Arco do Cego, 1800.